

Importante Conferência de Revisão nas Nações Unidas para avaliar os progressos realizados e as acções necessárias a fim de continuar a travar o comércio ilícito de armas ligeiras

(NAÇÕES UNIDAS) – Cinco anos após a adopção do Programa de Acção das Nações Unidas sobre o comércio ilícito de armas ligeiras e de pequeno calibre, cerca de 2 000 representantes de governos, de organizações internacionais e regionais e da sociedade civil vão reunir-se na sede das Nações Unidas, de 26 de Junho a 7 de Julho de 2006, a fim de examinar os progressos realizados, discutir a cooperação e actividades futuras e avaliar os desafios a enfrentar.

Ao adoptarem o Programa de Acção por unanimidade, em 2001, os Estados-membros da ONU comprometeram-se a recolher e destruir as armas ilícitas, adoptar e/ou melhorar a legislação nacional, com vista a promover a criminalização do comércio ilícito de armas ligeiras, regulamentar as actividades dos corretores de armas, sujeitar a importação e exportação a controlos rigorosos, tomar medidas adequadas contra os infractores e melhorar a coordenação dos esforços desenvolvidos neste contexto, a nível internacional.

A Conferência de Revisão sobre armas ligeiras deverá contribuir para a intensificação das acções entre os Estados-membros, a sociedade civil e as organizações internacionais e regionais. Prevê-se, igualmente, que a Conferência aprove a constituição de um grupo de peritos governamentais, que irá reunir-se em Novembro de 2006 a fim de se debruçar sobre a questão do controlo dos corretores de armas ilícitas.

"A Conferência oferece uma oportunidade de todos os países reverem os compromissos assumidos relativamente à eliminação do comércio ilícito de armas ligeiras e, neste contexto, definirem uma estratégia tendo em vista a prossecução da execução do Programa de Acção acordado em 2001", declarou o Presidente designado da Conferência de Revisão sobre Armas Ligeiras, Embaixador Prasad Kariyawasam, Representante Permanente do Sri Lanka junto das Nações Unidas em Nova Iorque.

Desde a sua adopção, o Programa de Acção já contribuiu para a realização da uma série de iniciativas aos níveis internacional, regional e mundial. Referem-se a seguir alguns exemplos:

- Mais de 50 países reforçaram a sua legislação nacional, com vista a controlar o comércio ilícito de armas ligeiras, incluindo a Argentina,

Brasil, Camboja, Alemanha, Maurícias, Nicarágua, África do Sul e Reino Unido. Estão em curso reformas semelhantes em muitos outros países.

- Em África, onde as armas ligeiras são utilizadas para matar directa ou indirectamente centenas de milhares de pessoas nas zonas de conflito, foram preparados três acordos vinculativos destinados a combater este problema e a dedicar especial atenção às suas repercussões humanitárias: o "Protocolo de Nairobi" sobre armas de fogo, que abrange a África Oriental e a Região dos Grandes Lagos, um Protocolo da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) que abrange a África Austral e a Convenção sobre a Importação e Fabrico de Armas Ligeiras da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental).
- Mais de 60 países já recolheram e destruíram grandes quantidades de armas ligeiras ilícitas. Foram utilizados métodos diferentes, nomeadamente fogueiras denominadas "Labaredas da Paz" (Burundi, Camboja, República Democrática do Congo, Gana, Haiti, Ruanda, Senegal, África do Sul), o esmagamento por cilindros, *bulldozers* ou tanques (Brasil, antiga República jugoslava da Macedónia, Paraguai, Sri Lanka), o desmantelamento das armas (Argentina, Costa Rica, Timor-Leste, Uganda) e a eliminação em águas profundas (Senegal e outros países). Têm sido igualmente utilizados outros métodos eficazes em termos de custos e ecológicos.
- As operações de manutenção da paz da ONU têm criado e realizado programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (programas DDR) em situações pós-conflito, especialmente em África, ajudando milhares de antigos combatentes (incluindo mulheres e crianças) a entregarem as armas e regressarem à vida civil em países como o Burundi, a República Democrática do Congo, a Libéria e a Serra Leoa. As equipas da ONU de apoio aos países também realizaram programas DDR no Camboja, República Centro-Africana e Guiné-Bissau.
- Em Dezembro de 2005, a Assembleia Geral da ONU adoptou um Instrumento Internacional que permita aos Estados identificar e rastrear, de forma atempada e fidedigna, as armas ligeiras e de pequeno calibre. Este novo instrumento ajudará as autoridades responsáveis pela aplicação da lei a identificarem as fontes de armas ilícitas. Num relatório recente, o Secretário-Geral Kofi Annan afirmou que este instrumento fora a conquista mais significativa das Nações Unidas, em 2005, no domínio do combate ao comércio ilícito de armas ligeiras.
- O Protocolo das Nações Unidas contra o Fabrico e Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, das suas Partes e Componentes e de Munições entrou em vigor em Julho de 2005, sendo o primeiro instrumento mundial

juridicamente vinculativo sobre armas ligeiras destinado a reforçar a cooperação entre os Estados na luta contra o fabrico e tráfico ilícitos de armas ligeiras. O Protocolo sobre armas de fogo complementa a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e espera-se que se venha a tornar um instrumento útil para as autoridades responsáveis pela aplicação da lei nos países que o ratificaram.

Desde 2001, o Programa de Acção das Nações Unidas já contribuiu para alguns progressos significativos no domínio do combate ao tráfico ilícito de armas ligeiras, conclui o Instituto das Nações Unidas para Investigação sobre Desarmamento num estudo sobre a execução do referido programa nos vários países. "Contudo", acrescenta, "ainda há muito a fazer para impedir que as armas ligeiras ilícitas causem mais tragédias devastadoras".

O Small Arms Survey, um instituto de investigação independente com sede em Genebra, calcula que o número de mortes causadas por armas ligeiras utilizadas em conflitos no mundo inteiro se situou entre 80 000 e 108 000 em 2003. Segundo aquele instituto, registam-se todos os anos pelo menos 200 000 mortes não relacionadas com conflitos, muitas delas causadas por armas ligeiras ilícitas.

O Programa de Acção das Nações Unidas diz respeito ao comércio **ilícito** de armas ligeiras e de pequeno calibre que alimentam os conflitos armados e apoiam as actividades de grupos envolvidos na criminalidade organizada, tráfico de drogas e exploração e comércio ilícitos de minerais preciosos.

A Conferência de Revisão **não** negociará qualquer tratado destinado a proibir os cidadãos de qualquer país de possuírem armas ou que interfira no comércio legal de armas ligeiras e de pequeno calibre.

Contacto para os jornalistas: François Coutu, Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, Secção de Paz e Segurança, Tel.: 917-367-9322, E-mail: coutu@un.org

Website da Conferência: <http://www.un.org/smallarms2006/>

***PARA ACREDITAÇÃO DE JORNALISTAS** é favor consultar o sítio Web da Unidade de Acreditação e Ligação de Meios de Comunicação Social em <http://www.un.org/media/accreditation/>*